

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**2 a 3 de
ABRIL
2018**



**TJ
ES**

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

GIRO RÁPIDO

Greve de professores é declarada ilegal

O Tribunal de Justiça declarou a greve dos professores de Vitória ilegal e determinou, de forma liminar, o retorno imediato ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 4 mil.

O diretor do Sindiupes Dimitri Barreto informou que o sindicato ainda não foi notificado sobre a determinação da Justiça. Segundo ele, até que o comunicado oficial aconteça, os servidores vão permanecer em greve.

ANUNCIADO REAJUSTE DE 5% PARA OS SERVIDORES

Governo, Assembleia e MPES vão conceder aumento salarial

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A oito dias do prazo máximo para concessão de reajustes ao funcionalismo, estipulado pelo calendário eleitoral, o governo do Estado anunciou ontem que aumentará os salários de seus servidores ativos, inativos e pensionistas em 5%. O acréscimo será pago nos salários de abril. De acordo com a Secretaria estadual de Planejamento, a medida acarretará um impacto financeiro de R\$ 185 milhões em 2018 e de R\$ 247 milhões em 2019.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu que, em 2018, a data limite para reajustar salários é 10 de abril. O prazo não conta para reposição inflacionária.

O projeto de lei foi enviado ontem mesmo para aprovação da Assembleia Legislativa. Com isso, o reajuste estará autorizado bem antes do dia dez. Apesar de o salário reajustado só cair na conta dos funcionários no final do mês, o governo explicou que o que vale, para efeito de cumprimento da norma eleitoral, é a data em que o projeto vira lei.

De acordo com a folha de março disponibilizada no Portal da Transparência do Executivo, há 90.143 ativos, inativos e pensionistas. Todos eles terão o reajuste.

É a primeira vez após quatro anos que os servido-



Palácio Anchieta: impacto do reajuste para os servidores estaduais será de R\$ 185 milhões em 2018

res públicos do Estado terão aumento. O último foi aprovado em março de 2014, de 4,5%, ainda no governo de Renato Casagrande (PSB).

Segundo o atual secretário estadual de Planejamento, Regis Mattos, reajustes não foram concedidos em anos anteriores porque não foi possível.

"No período, o país viveu a maior recessão da sua história. Nossas receitas caíram em função de toda a crise nacional, agravada por fatores como paralisação da Samarco, queda no preço do barril de petróleo e crise hídrica. E já inicia-

mos o governo acima do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há Estados atrasando e parcelando salários", justificou.

No mesmo dia do anúncio do governo, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual (MPES) confirmaram que também preparam projetos para reajustar os salários dos respectivos servidores. O aumento, em ambos os casos, também será de 5%.

Na Assembleia, o impacto do aumento chegará a R\$ 5.075.632,20. Estarão contemplados os ativos, os aposentados e os

CONTAS

"Desde 2015, nós estamos trabalhando com muita responsabilidade para conseguir manter as despesas dentro das receitas arrecadadas"

DAYSE LEMOS
SECRETÁRIA DE GESTÃO

pensionistas. As informações são da assessoria de comunicação da Casa. O Portal da Transparência in-

dica que há 1,6 mil ativos, inativos e pensionistas.

O Ministério Público ainda não detalhou o projeto. De acordo com o Portal da Transparência do órgão, são 676 ativos e inativos.

Junto com o reajuste, o governo do Estado também fez um aceno a professores e policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários da Secretaria estadual de Justiça (Sejus).

Um bônus é pago a professores pelo desempenho de cada um deles e das escolas onde trabalham. Hoje, o bônus, pago anualmente, é de até 100% do

salário do profissional. Com o novo projeto, será de até 1,5 salário.

O secretário estadual de Educação, Haroldo Rocha, informou que este ano o benefício será pago em maio. Em outros anos ocorrerá em julho.

Para os profissionais da segurança, o aumento será no chamado auxílio-fardamento, verba usada para compra de uniformes de trabalho. Hoje, cada policial ou bombeiro recebe, por ano, o equivalente a R\$ 1.227. Com a mudança, o valor passará para o equivalente a R\$ R\$ 1.636. Além disso, agentes do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado passarão a receber o auxílio.

REPERCUSSÃO

Diretora do sindicato dos professores do Estado, Noêmia Simonassi disse que "a categoria não está satisfeita com os 5% porque a inflação acumulada de 2014 para cá está em torno de 26%", embora reconheça que "outros Estados estão sem pagar salário".

A Associação dos Oficiais da PM também disse que o reajuste não recompõe perdas e alegou falta de clareza no critério para se chegar aos 5%. O sindicato dos servidores do Estado classificou o aumento como "intuito de se reeleger" do governador Paulo Hartung (PMDB).

FIQUE POR DENTRO DOS AUMENTOS

REAJUSTE

Executivo

O governo anunciou reajuste de 5%. É o primeiro desde 2014, quando a gestão Casagrande deu 4,5% de aumento ao funcionalismo.

Ajuste

O governo Hartung diz que precisou manter as contas equilibradas nos três primeiros anos da gestão. E só foi possível aumentar os salários agora.

Eleições

O calendário eleitoral só permite concessão de reajuste ao funcionalismo até o dia 10 de abril deste ano eleitoral. Os acréscimos estarão aprovados antes pela Assembleia.

EFEITO CASCATA

Mais dois

A Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual já confirmaram que também vão reajustar os salários dos servidores em 5%. O Tribunal de

Justiça disse que não o fará. O Judiciário ainda trabalha para controlar as despesas com pessoal. Os gastos seguem perto do máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Total

Ao todo, 92,4 mil servidores ativos, inativos e pensionistas (Executivo, Assembleia e Ministério Público) deverão ter os ganhos reajustados em 5%.

ACENOS

Mais ganhos

O governo também fez acenos para professores e profissionais da segurança, além do reajuste.

Bônus

O bônus por desempenho pago aos professores será calculado sobre 1,5 salário. Hoje, é sobre um único salário.

Crítério

O indicador é estabelecido pelo índice de

Merecimento da Unidade. É calculado levando em conta o Índice de Desenvolvimento das Escolas (IDE) que leva em conta a nota no Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado (Paebes), o nível socioeconômico de onde está situada a escola e o nível dos estudantes. Cada ausência do professor subtrai 10% no valor.

Fardas

Para policiais, o governo vai aumentar o valor do

auxílio-fardamento R\$ 1.227 para R\$ 1.636. Trata-se de uma verba usada para compra de uniformes. Têm direito a ela, policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários. Serão incluídos os agentes do Instituto de Atendimento Socioeducativo, as unidades que recebem adolescentes em conflito com a lei.

ACIDENTE E TIROS EM JARDIM DA PENHA

A caminho da prisão

Gustavo Simonassi foi levado do DML para presídio. Ele é acusado de atirar em administrador após acidente. FOTO: Marcelo Prest



CONFUSÃO E TENTATIVA DE AGRESSÃO NA SAÍDA DE DML

Mãe quis impedir imagens do filho que atirou em administrador

▲ MAYRA BANDEIRA
▲ BIANCA VAILANT

A transferência de Gustavo Simonassi, 22 anos, para o Centro de Triagem foi marcada por confusão no Departamento Médico Legal (DML), em Vitória, na manhã de ontem. Familiares do jovem tentaram impedir que as equipes da imprensa filmassem ou fotografassem ele no camburão.

Gustavo foi transferido para o presídio às 9 horas, após passar a noite na Divisão de Homicídios e proteção à Pessoa (DHPP). Ele foi preso em flagrante por atirar contra um administrador, depois de se envolver em um acidente de trânsito em Jardim da Penha, Vitória, na tarde de domingo.

Gustavo prestou depoimento logo depois de deixar o Hospital São Lucas e, de acordo com a Polícia Civil, foi autuado por tentativa de homicídio, porte ilegal de arma de fogo, disparo em via pública, dano e posse de droga para uso



Mãe do jovem, empresária Erika Simonassi tentou evitar o trabalho dos jornalistas no local

personal. Entretanto, a polícia não informou o que o jovem alegou em depoimento. Na saída do exame

de corpo de delito, o rapaz gritava que o que ele fez foi para se defender.

No DML, a mãe de Gus-

tavo, a empresária Erika Simonassi, tentou agredir um repórter da TV Capixaba e de outras emissoras que es-

tavam no local, inclusive coagindo os repórteres com ameaças de processo.

Com uma camisa, Erika

cobriu o filho para impedir que repórteres e cinegrafistas fizessem imagens, e disse que Gustavo não falaria. A empresária ainda tentou derrubar a câmera de um repórter. Toda confusão foi registrada pela TV Gazeta.

Após o episódio, a empresária se defendeu em entrevista para o Gazeta Online. “Coloquei uma camisa na frente para que ele (repórter) não filmasse meu filho, eles que me empurraram, porque eu pedi para que não fotografasse e filmasse. Ele empurrou a minha mão. Se eu agredir, que ele prove que eu o agredir.”

ACIDENTE E TIROS

Gustavo foi preso em flagrante por se envolver em um acidente de trânsito e de atirar em um homem que tentou socorrê-lo na tarde de domingo.

Segundo a ocorrência da Polícia Militar, Gustavo conduzia um Hyundai HB20 e bateu em um Che-

MARCELO PREST



“Ele atirou por medo”, afirma mãe de jovem

Empresária diz que filho anda armado porque a família vem sofrendo ameaças

▲ A empresária Erika Simonassi, mãe de Gustavo, contou ao portal Gazeta Online que o filho atirou por medo.

“O meu filho estava passando em Jardim da Penha e ele colidiu com o carro (onde estava o administrador), esse carro não amassou e ficou só a marca da tinta no parachoque do veículo. Ele (o filho) chegou a parar o carro, mas, em seguida, deixou o local com medo porque o carro começou a segui-lo. Como ele não conhece o local muito bem, entrou na contramão e bateu em uma Tucson”, contou.

A mãe de Gustavo afirma ainda que, no momento em que o filho capotou com o carro, um motociclista, dois homens e o administrador, que estava em um Chevrolet Tracker, foram para cima do

ARGUMENTO

“Meu filho não é bandido, só fez isso para preservar a vida dele e da pessoa que estava com ele no momento”

ERIKA SIMONASSI
MÃE DE GUSTAVO

rapaz para agredi-lo.

“Ele, por medo, voltou ao carro e pegou a arma e deu tiros para cima. Ao abaixar a mão, pode ter acontecido um disparo (que atingiu a perna do administrador). Meu filho não é criminoso, ele pediu para que chamasse a polícia após o acidente”, disse.

Sobre o filho andar com a arma no carro, sem ter porte, a empresária alegou que a família está sendo ameaçada. “Há um tempo atrás

nós vendemos um carro e essa pessoa não pagou. E essa pessoa passou a nos ameaçar. Inclusive, em uma audiência de conciliação, fui orientada a me mudar. Me mudei e não divulgo o meu endereço para ninguém. Tenho ocorrência registrada por conta dessas ameaças. Meu filho não é bandido, só fez isso para preservar a vida dele e da pessoa que estava com ele no momento”, ressaltou.

Com relação às outras passagens do filho pela polícia, a empresária afirmou que só existe uma, justamente por causa dessa ameaça que a família vive.

DEFESA

Procurada pela reportagem na tarde de ontem, a advogada de Gustavo Simonassi, Roberta Cordiais, afirmou que “a defesa está trabalhando para provar que Gustavo agiu em legítima defesa.”

DISPAROS

13

vezes

É o número de disparos efetuados por Gustavo contra o administrador

Ainda de acordo com a PM, Gustavo já tem passagem na polícia por tentativa de homicídio, disparo em via pública e duas vezes por lesão corporal. A informação foi confirmada pela Polícia Civil.

PRISÃO MANTIDA

Durante a Audiência de Custódia, realizada ontem no Centro de Triage de Viana (CTV), a Justiça converteu a prisão em flagrante de Gustavo em preventiva.

Na decisão, a juíza Raquel de Almeida Valinho ressaltou que Gustavo deve ficar detido para garantia da ordem pública, visto que responde a outros processos, inclusive por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo. A magistrada ainda ressaltou que, apesar do autuado ter um procedimento de insanidade mental instaurado, não é suficiente para mantê-lo em liberdade.

Gustavo vai permanecer preso e passar por avaliação e acompanhamento da equipe médica do presídio, em razão da alegação de ser portador de distúrbios.

Sindicato repudia ataque

▲ Diante da agressão, física e verbal, sofrida por jornalistas na manhã de ontem no Centro de Triage de Viana (CTV), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo (Sindijornalistas) repudiou, em nota, a atitude de familiares de Gustavo Simonassi. “Entre os jornalistas atingidos estavam a repórter Rafaela Freitas da TV Vitória e o diretor do Sindijornalistas e repórter da TV Capixaba, Getúlio Costa, que foi empurrado pela mãe de Gustavo quando tentava esconder o rosto do filho”, diz a nota divulgada pelo Sindicato.

Gustavo foi autuado por tentativa de homicídio, porte ilegal de arma de fogo, disparo em via pública, dano ao cofre de viatura e posse de droga para uso pessoal, após se envolver em um acidente de trânsito na tarde do último domingo e ter atirado ao sair do veículo depois de capotar o carro.

O Sindijornalistas, além de afirmar que lamenta o ocorrido, também se colocou à disposição dos jornalistas atingidos para que todas as providências legais sejam tomadas.

O sindicato reforçou também que atentar contra o trabalho da imprensa é atentar contra a sociedade.

violet Tracker, onde estava o administrador Plínio Ceolin Filho, 38. O carro era conduzido pela esposa de Plínio. Após a batida, o casal, que estava com a filha de 5 anos no veículo, seguiu atrás do carro de Gustavo na tentativa de anotar a placa do HB20.

Durante a perseguição, Gustavo entrou na contramão da Rua Amélia Tartuce Nasser e bateu em outros dois veículos que estavam estacionados no local. Plínio, ao ver a batida, desceu do carro na tentativa de ajudar.

Segundo testemunhas, Gustavo saiu do HB20 atirando contra Plínio. Foram 13 disparos, mas apenas um atingiu a vítima, que ficou ferida na coxa. O administrador foi socorrido para um hospital particular de Vitória, onde foi medicado e teve alta.

OUTRAS PASSAGENS

Segundo a PM, uma pistola calibre 380 e uma bucha de maconha foram apreendidas com Gustavo. O rapaz não tem porte de arma. Ele fez o teste do bafômetro, que deu negativo para o uso de bebida alcoólica.

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

VÍDEO

Veja vídeo da confusão e tentativa de agressão na saída do DML ontem.

leia.ag/ataque



O Hyundai HB20 que era dirigido por Gustavo Simonassi capotou no meio da rua



Policiais militares foram ao local do acidente, a Rua Amélia Tartuce Nasser

GABRIELA SINGULAR - 01/04/2017

ÉRICA VAZ - 01/04/2017


 miriamleitao@oglobo.com.br

**MÍRIAM
LEITÃO**

Se o STF mudar a decisão, ela acabará valendo a todos os condenados em segunda instância

Um por todos

O habeas corpus do ex-presidente Lula será, provavelmente, o início do novo entendimento do STF sobre o momento da prisão. “Não é um caso que vincula, mas nada impede que o próprio plenário decida que o benefício deva ser estendido”, diz um ministro do STF, que é contra a mudança. O ministro Gilmar Mendes, que é a favor, também diz que o julgamento permitirá a reavaliação da prisão após a 2ª instância.

Mendes estava ontem em Portugal, mas voltará ao Brasil na noite de terça-feira, desembarcando na quarta para o julgamento do recurso do ex-presidente. Ele me explicou que o HC está sendo julgado agora como uma ação subjetiva e não objetiva. Ele diz que: “no plenário, o tribunal pode fixar nova orientação em qualquer processo.”

Há, como se sabe, dois lados no tribunal sobre essa questão. Mas, quanto à interpretação do que acontecerá na quarta-feira, não há tanta diferença na prática. “Mesmo que a

decisão seja proferida num caso concreto, ela sinalizará uma mudança de entendimento do plenário”, afirma outro magistrado.

O que vai ser decidido é se o ex-presidente Lula será preso ou não, dado que ele já foi julgado em segundo grau. Se o plenário conceder o habeas corpus, a decisão acabará valendo para outros condenados em segunda instância, explica-se no STF. “Se isso acontecer, será apenas formalismo discutir se terá repercussão geral ou não porque o jogo estará jogado”, explica um ministro.

Mesmo assim, o grupo que quer que o início do cumprimento da pena passe a ser apenas após o esgotamento de todos os recursos judiciais tentará em plenário garantir que a decisão vá além de Lula e seja de repercussão geral.

É mais do que uma semana cercada de expectativa, pode ser a mudança de direção do que havia se entendido até o momento. Em 2009, o STF votou pela prisão apenas após esgotados todos os recursos, o que leva a punição do condenado para “as calendas gregas”, na expressão de um ministro. Mas, em 2016, por três vezes o STF foi ouvido e nas três vezes decidiu que após o julgamento

do mérito, ou seja, a condenação em segunda instância, o réu pode começar a cumprir a pena.

O primeiro julgamento do STF em 2016 sobre o assunto foi exatamente de um habeas corpus. O resultado ficou em sete a quatro a favor do cumprimento da pena após a segunda instância. Naquela época, o ministro Dias Toffoli votou com essa posição. Depois, ele mudou de ideia, tentando encontrar um caminho do meio: votou para que fosse ouvido pelo menos o Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, houve uma decisão cautelar de ação declaratória que está com o ministro Marco Aurélio. Depois, num caso relatado pelo falecido ministro Teori Zavascki, de repercussão geral, seis votaram a favor de que a prisão fosse após a 2ª instância. Com esses três julgamentos, o assunto pareceu pacificado. Mas não, o debate foi reaberto e agora será novamente discutido a bordo do habeas corpus de Lula. Se, como tudo leva a crer, for formada uma nova maioria, a mudança favorecerá Lula e qualquer outro condenado, pelo crime que for.

Os defensores da prisão em 2ª instância têm expectativa de que a ministra Rosa Weber mude de posição, mas é apenas a expressão de um

desejo. Parece pouco provável. Ela já disse claramente que acha que só após a última instância é que um condenado deve ser preso, excetuando-se casos muito específicos. A edição de ontem do “Estado de S. Paulo” lembrou uma de suas frases em que ela diz que não vê como ter uma interpretação diversa do que a do cumprimento da pena só após o julgamento final. Em outro momento, filosofou: “Fico a pensar o tempo a escoar entre os nossos dedos e nós privarmos da liberdade alguém que não tem contra si um título penal transitado em julgado.”

Toda a celeuma é em torno de uma falsa questão, porque os tribunais superiores não discutem o mérito. Então o “transitado em julgado” faz muito mais sentido que seja após a confirmação da sentença na segunda instância, sem prejuízo do direito de recorrer contra pontos específicos. Deixar para a última instância dar aos criminosos a grande chance da impunidade. O tempo jogará a favor de quem for condenado a qualquer crime no Brasil.

—
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)
 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao

Juíza questiona prisão domiciliar de Maluf

A juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, apontou irregularidades na prisão domiciliar do deputado afastado Paulo Maluf (PP-SP).

Segundo a juíza, o envio do deputado à capital paulista – após três dias de internação por dores nas costas e outras complicações – não cumpriu o protocolo da Justiça. Em vez de ser levado a um hospital público para avaliação médica, por exemplo, Maluf foi internado direto num hospital particular.

Segundo a juíza, o ex-deputado não cumpriu a ordem judicial para comparecer a uma audiência na própria Vara de Execuções Penais. Lá, ele seria informado sobre as



DDA SAMPAIO - AGÊNCIA ESTADO

MALUF não cumpriu protocolo

restrições da prisão domiciliar – que incluíam uma tornozeleira eletrônica e a permanência em Brasília. Um laudo oficial do IML do DF concluiu que Maluf pode cumprir pena no presídio da Papuda, em Brasília.

NELSON JR/STF/ARQUIVO



Teori Zavascki citou exemplo em voto de 2016

Prisão em 2ª instância vale em oito países

Fora do Brasil, pena também é cumprida sem esgotamento dos recursos judiciais

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Considerando o que está previsto na legislação de alguns dos principais países do mundo, a necessidade de esgotamento dos recursos em todas as instâncias superiores pode ser considerada uma “jabuticaba brasileira”.

Um dos estudos mais citados por juristas é assinado por Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Mônica Nicida Garcia e Fábio Gusman. Eles identificaram que Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Espanha e Argentina não esperam decisão das respectivas Cortes Supremas para que haja as prisões.

Nos Estados Unidos, por exemplo, prisões acontecem após condenações pelos equivalentes a juízes de primeiro grau.

Na Alemanha, há exceções em que recursos às instâncias superiores têm efeito suspensivo. Mas não é a regra. “Não há dúvida, porém, e o Tribunal Constitucional assim tem decidido, que nenhum recurso aos Tribunais Superiores tem efeito suspensivo”, diz o estudo.

Esse estudo foi citado pelo ministro falecido Teori Zavascki no voto do julgamento de 2016, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou o entendimento de que prisões podem ser executadas após condenação em segunda instância.

Circula na internet informação de que o Brasil é o único país do mundo em que o “trânsito em julgado” é necessário para a prisão. Juristas consultados afirmaram que não se pode dizer isso com toda a certeza. Não há estudos conhecidos que o atestem, embora o esgotamento das instâncias não seja o mais corriqueiro, de fato.

Reportagem Especial

FAIXA EXCLUSIVA

Carros com três pessoas liberados em via de ônibus

Alvo de disputa na Justiça e de muita polêmica na cidade, a pista em Camburi poderá ser usada por veículos particulares

Eliane Proscholdt
Rafael Gomes

A faixa exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Camburi, Vitória, volta a funcionar na próxima terça-feira com uma grande novidade: ela será liberada para qualquer veículo que tenha pelo menos três pessoas dentro, independente da idade.

A decisão foi tomada pela Prefeitura de Vitória após a chamada Linha Verde receber diversas críticas desde que foi inaugurada, dia 12 de março. Porém, ainda não há uma data para começar a multar.

O retorno do sistema que prioriza o transporte coletivo já estava liberado pela Justiça desde a última quarta-feira, quando a administração municipal conseguiu derrubar a liminar que havia suspenso o corredor exclusivo.

"Essa novidade é um conceito já adotado fora do País. Nosso objetivo sempre foi priorizar o transporte coletivo. E entendemos que um veículo particular, ocupado por três ou mais pessoas, também cumpre essa função", afirmou o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Tyago Hoffman.

Além de incentivar o uso do ônibus, a ideia da prefeitura, segundo Hoffman, é fazer com que as pessoas pratiquem a chamada "carona solidária". "Muitas vezes uma pessoa tem um colega de trabalho que mora no mesmo bairro e cada um vai com um veículo. A ideia é incentivar a carona, o compartilhamento do veículo", disse.

Com isso, a Linha Verde passa a ser liberada para ônibus, táxis, vans e veículos com, no mínimo, três pessoas, incluindo Uber.

Inaugurada no dia 12 de março com o objetivo de reduzir o tempo de viagem dos ônibus, a faixa exclusiva foi suspensa pela Justiça nove dias depois. Na decisão, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a Prefeitura de Vitória violou uma lei federal, já que a população não teria sido consultada sobre a implantação do sistema.

A prefeitura recorreu da decisão e conseguiu derrubar a liminar na última quarta-feira. Em sua decisão, o juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado, confirmou a realização de consultas públicas sobre o sistema em 2006, 2007 e 2017.

INCENTIVO À CARONA



Empresário aprova medida

Quem aprova a Linha Verde e a carona solidária é o empresário Alexandre Tabarelli, de 40 anos, que desde dezembro do ano passado deixou São Paulo para viver em Vitória.

"Moro na Praia de Santa Helena e

trabalho na rodovia do Contorno e praticamente todos os dias eu uso a avenida Dante Michelini (Camburi)."

Para ele, a adaptação se dará em curto espaço de tempo. "É uma questão de quebra de paradigmas. Tenho certeza que com a Linha Verde vai ter

um ganho muito grande de tempo, além de incentivar a carona. Eu mesmo posso ter um vizinho que trabalha do meu lado e ainda não descobri. Por que não irmos juntos? Então, acho que isso é bem válido, sem contar a questão da sustentabilidade."

SAIBA MAIS

Sistema volta na próxima terça-feira

Novas regras

> A FAIXA exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, volta a funcionar na próxima terça-feira, com uma nova regra.

> A PARTIR DO DIA 10, qualquer veículo com, no mínimo, três pessoas dentro está liberado a trafegar pela Linha Verde. Isso vale para passageiros de qualquer idade, inclusive bebês.

> A VIA tem 3,8 quilômetros de extensão e fica na pista da direita da Dante Michelini (do pier de Iemanjá ao cruzamento com a avenida Norte-Sul).

MULTA

> QUEM FOR FLAGRADO transitando na via sem estar dentro das regras será multado em R\$ 88,38 e ganhará três pontos na carteira de habilitação.

> AINDA NÃO HÁ UMA DATA definida



LINHA VERDE: 3,8 km de extensão

para começar a multar. Durante 30 dias, com possibilidade de prorrogação, será feito um trabalho de adaptação. A fiscalização poderá começar em quatro semanas ou mais.

Polêmica

> A FAIXA exclusiva para ônibus, táxi e

Secretário diz que é possível fiscalizar com as câmeras

A fiscalização para flagrar se o carro que trafega na Linha Verde está com três pessoas será feita por meio das câmeras de videomonitoramento. As imagens serão observadas em uma central por agentes de trânsito, que serão responsáveis pela aplicação das multas, no valor de R\$ 88,38.

O secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Tyago Hoffman, garante que será possível fazer o flagrante através das imagens. "As câmeras vão ajudar muito, pois a qualidade da imagem é muito boa", afirmou o secretário.

Questionado sobre a possibilidade do motorista burlar o sistema com película escura nos vidros, Hoffman reconheceu que isso pode acontecer, mas disse acreditar que a maioria vai seguir a lei.

"Queremos apostar que estamos em uma cidade em que podemos confiar nas pessoas. Queremos apostar que a lei será seguida, que as pessoas que burlam sejam minorias. Um motorista com película preta também não é flagrado falando ao celular. Será a mesma situação", afirmou.

A aplicação de multas, no entanto, ainda não tem data definida para começar. Segundo o secretário, as autuações só serão aplicadas após o período de adaptação, que vai até o início de maio e pode ser ampliado. Após o fim desse período, 16 câmeras vão fazer a fiscalização na orla da Praia de Camburi - uma a cada 237 metros. O equipamento já está instalado. "Também está sendo um período de adaptação para a prefeitura. Nós estamos aprendendo a operar uma faixa exclusiva, o que não é fácil", disse o secretário.

DIÁLOGO

Mesmo afirmando que a prefeitura realizou debates com a população sobre a Linha Verde, Hoffman disse que os moradores serão convocados para novas reuniões, inclusive com participação do Ministério Público.

"Vamos convidar todas as comunidades para apresentar o projeto e falar sobre a necessidade da faixa exclusiva", afirmou o secretário, sem confirmar quando esses encontros vão acontecer.

Caso na Justiça

> O CASO foi parar na Justiça quando uma moradora de Jardim Camburi entrou com um processo pedindo a suspensão da Linha Verde, sob a alegação de que a Prefeitura descumpriu a lei federal que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto.

> O JUIZ Mário da Silva Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública acatou o pedido da moradora e suspendeu a Linha Verde no dia 21.

> A PREFEITURA DE VITÓRIA recorreu e a liminar foi derrubada.



HOFFMAN: reunião com moradores

Reportagem Especial

FAIXA EXCLUSIVA

Saturnino de Brito é a próxima

Depois do período de adaptação da faixa exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Camburi, será momento de ampliar o corredor para outras áreas da capital, a começar pela avenida Saturnino de Brito, na Praia do Canto.

Essa avenida tem recebido muitas reclamações de passageiros e motoristas devido aos frequentes engarrafamentos nos horários de pico. Com a Linha Verde em Camburi, o tempo de viagem aumentou em média 30 minutos, segundo condutores de automóveis e usuários de ônibus.

“Temos o projeto concluído para o que chamamos de corredor Beira-Mar. Esse corredor vai da Dante Michelini até a Rodoviária de Vitória. Ele será implantado com muita cautela. A nossa prioridade é expandir esse corredor, indo para a Saturnino de Brito e a Nossa Senhora dos Navegantes, mas ainda não temos datas”, afirmou o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Tyago Hoffman.

O secretário fez questão de frisar, mais uma vez, que o congestionamento na Saturnino de Brito não foi causado pela Linha Verde. Ele diz, no entanto, que a prefeitura está buscando mudanças no trânsito para melhorar a região.

“Por exemplo, fechamos o cruzamento da Saturnino de Brito com a rua Odete Braga Furtado no horário de pico. Funcionou muito bem por dois dias. Se continuar assim, podemos fechar em definitivo, mas ainda estamos testando”, afirmou o secretário, que não descartou outras intervenções, sem mencioná-las.



A AVENIDA SATURNINO DE BRITO, na Praia da Canto, também receberá a faixa exclusiva para ônibus

Segundo o secretário, a avenida Saturnino de Brito atinge 195% de sua capacidade de tráfego no horário de pico e em cinco anos ficará impossível transitar por ela.

Findado esse corredor Beira-Mar, a prefeitura pretende iniciar outra etapa, que deve contemplar inicialmente a avenida Reta da Penha, o que não deverá acontecer

neste ano por conta das obras na avenida Leitão da Silva.

O secretário disse ainda que a intenção é contemplar todos os corredores de ônibus importantes, como a avenida Fernando Ferrari, passando pela Avenida Vitória e com possibilidade de chegar até a Rodoviária de Vitória.

Para o especialista em trânsito

Fábio Romero, o sistema precisa ser ampliado. “Só em Camburi não adianta. É preciso expandir para os principais corredores da cidade”, afirmou Romero.

Ele também aprovou a iniciativa de liberar a via para carros com três pessoas ou mais. “Esse conceito é muito utilizado nos EUA e na Europa, é totalmente válido.”

OPINIÕES



“Implantar a Linha Verde só em Camburi não adianta. É preciso expandir para os principais corredores”

Fábio Romero, especialista em trânsito



“Vai ter agente a cada 100 metros para controlar se o carro tem três pessoas?”

Enoch Sampaio, presid. da Associação de Moradores de Jardim Camburi

Advogado vai tentar na Justiça impedir o sistema

Responsável pela ação que suspendeu a Linha Verde na semana passada, o advogado Amarildo Santos segue com o planejamento de recorrer da decisão e impedir o funcionamento do sistema.

“O anúncio do retorno da Linha Verde não muda nosso planejamento. Temos um prazo de 15 dias para recorrer. As violações da prefeitura continuam existindo. E essa postura de tentar mudar a forma de implementação é uma demonstração de que a Linha Verde trouxe grandes transtornos, mas a falta de diálogo continua. A carona solidária, por exemplo, foi uma ideia de gabinete, não houve debate sobre ela com os moradores”, disse o advogado.

Santos está reunindo documentos que poderiam comprovar que a Prefeitura de Vitória não realizou audiências públicas sobre a faixa exclusiva para ônibus. Nos documentos anexados ao processo, a prefeitura alega ter realizado 22 reuniões com 75 associações de moradores em 2017. Nesses encontros, a ampliação da Linha Verde foi debatida.

O recurso será protocolado pelo advogado ainda esta semana. A análise do recurso será feita pelo plenário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Morador questiona fiscalização

Se por um lado o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Tyago Hoffman, afirma que os agentes e as câmeras irão fiscalizar quem estiver descumprindo as regras, moradores de bairros vizinhos e motoristas questionam sobre como isso se dará na prática.

O presidente da Associação de Moradores de Jardim Camburi, Enoch Sampaio, pergunta: “Como será feito esse controle? Vai ter agente de trânsito a cada 100 metros para poder controlar se o carro tem três ou mais pessoas? E se o carro tiver insufim (pelicula protetora)? Isso é uma fantasia.”

Ele também questiona sobre a mudança das regras. “Como é que agora está se mudando a regra do jogo sendo que nada disso foi apresentado às comunidades, não foi feita nenhuma reunião. É mais uma ideia de gabinete”, disparou.

O presidente da Associação de Moradores da Mata da Praia, Paulo Vitor Aquino Dal Col, também criticou o que ele classificou como uma “medida unilateral”.

“Não adianta a prefeitura tomar as medidas de forma unilateral porque ela não sabe, de fato, o que está afligindo os moradores aqui



FAIXA EXCLUSIVA: moradores da região querem reunião com a prefeitura

do bairro. Então a gente pede e continua cobrando que seja marcada uma reunião com a prefeitura para que a comunidade seja ouvida”, disse Paulo Vitor.

Sobre a questão de liberar o acesso para carros com três ou mais pessoas, independente da idade, ele disse que é uma medida positiva. “Entretanto, não acho que só essa questão da carona solidária vai conseguir resolver o problema ali na via. É preciso muito mais.”

Paulo Vitor insiste para que a Prefeitura apresente números que comprovem que a Linha Verde traz, de fato, vantagens, reduzindo o tempo das viagens.

A dentista Simone Aguiar, 37, disse que mesmo liberando a via para carros com três ou mais pessoas, ela não vai passar pela faixa exclusiva, temendo ser multada. “Se eu for multada, como é que eu vou provar que estava com mais passageiros no carro?”

Motoristas de Uber querem ter livre acesso na Linha Verde

Os motoristas que fazem o transporte de passageiros por aplicativos, como Uber e 99Pop, aprovaram a ideia de liberar a Linha Verde para carros com três pessoas, o que acaba permitindo o tráfego deles na via. Os motoristas, no entanto, querem mais: o livre acesso na faixa exclusiva, assim como os táxis.

“Vamos protocolar a proposta amanhã (hoje) na prefeitura. Queremos a liberação total dos carros de aplicativo. Para isso, a proposta é ter um adesivo identificando o veículo na parte traseira e na dianteira”, afirmou o presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativos do Estado, Luiz Fernando Muller.

Independente da proposta ser aceita ou não, ele diz que a liberação para veículos com três pessoas já é um avanço.

“O trânsito realmente ficou um pouco mais lento com a faixa exclusiva, o que prejudicou os motoristas. Mas, de um modo geral, a ideia da Linha Verde é excelente”, disse.

FABIO MORAES - 22/03/18

CAMBURI

Até bebê conta como carona para ter passagem liberada na Linha Verde

Carros com três ocupantes poderão passar por faixa, que volta em uma semana

de **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A Linha Verde, faixa exclusiva para ônibus na Avenida Dante Michelini, em Vitória, volta a funcionar na próxima terça-feira. E com uma novidade: agora vão poder trafegar por ela carros que estejam praticando a chamada carona solidária, ou seja, que estejam com no mínimo três ocupantes, incluindo o motorista. E como não há limites de idade, até bebê conta como passageiro.

A mudança foi confirmada pelo secretário municipal de Transporte e Trânsito, Tyago Hoffman. A carona solidária, segundo ele, vai ao encontro do projeto, por compartilhar o veículo com mais passageiros. "O que estamos incentivando é o transporte coletivo ou o solidário porque a cidade não suporta mais os veículos com um só passageiro, uma só pessoa", explicou.

Para ter direito a trafegar na faixa, o carro particular terá que ter três passageiros. Como não há limite de idade, os pais e uma criança, por exemplo, já garante o acesso à faixa exclusiva. O mesmo vale para um carro de aplicativo ou táxi, com dois passageiros e o motorista.

O funcionamento da Li-



MARCELO PREST - 12/03/2018

Linha Verde em Camburi: prefeitura fará fase de adaptação por três semanas com orientação de motoristas

inha Verde havia sido suspenso por uma decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal, Mário Silva Nunes Neto. Mas na última quarta-feira, outra decisão, desta vez do desembargador Délio Rocha Sobrinho, voltou a autorizar a operação da linha.

ORIENTAÇÃO

Na próxima semana, além da Guarda Municipal, equipes da Secretaria de Trânsito e Transportes

VAI E VEM DA FAIXA

INÍCIO

▼ Março

A faixa exclusiva para ônibus na Avenida Dante Michelini, em Vitória, começou a funcionar no dia 12 de março.

SUSPENSÃO

▼ Liminar

No dia 21 de março, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da Terceira Vara da Fazenda

Municipal de Vitória, suspendeu a operação da Linha Verde.

OUTRA DECISÃO

▼ Liberada

O desembargador Délio Rocha Sobrinho autorizou o funcionamento da Linha Verde no último dia 28, aceitando o argumento do município de que realizou audiências públicas com a comunidade.

de Vitória estarão na Linha Verde orientando os motoristas. Os carros que por ela passarem e tiverem menos de três passageiros serão orientados a ir para outra faixa.

Quando possível, serão parados para que as equipes possam fazer o trabalho de orientação e explicar os motivos. "A equipe vai fazer abordagens para que não fiquem na faixa. O nosso foco é a educação das pessoas. Trânsito é um grande

pacto e precisamos que a população compreenda a importância deste projeto", acrescentou Hoffman.

Durante as próximas semanas, na chamada fase de adaptação, não haverá muitas. As câmeras já estão prontas e registrando o que ocorre na faixa, mas a fiscalização só será feita após três semanas ou mais. "É um período de adaptação de 30 dias que tem grande chance de ser prorrogado. É uma etapa para as pessoas se acostumarem com o retorno da Faixa Verde. Independente da opinião, percebemos que há um respeito grande de muitas pessoas pelo projeto. E queremos que este respeito aumente. Mas no futuro haverá fiscalização", disse o secretário.

Hoffman garante que será possível fiscalizar o número de ocupantes de cada veículo, não só pelas câmeras "que possuem uma boa qualidade de imagem", como explicou, mas também pela atuação das guardas municipais. E citou como exemplo o uso de celular, em que ocorrem flagras e multas até nos casos em que os veículos usam película de proteção de vidro mais escura. "Após o período de adaptação, trafegar desrespeitando as regras da Linha Verde será uma infração de trânsito como outra qualquer. Nos casos em que for flagrado, será multado", assinalou.

SAIBA MAIS SOBRE AS MUDANÇAS

NOVIDADES

▼ Volta

Prefeitura anunciou que retoma o projeto na próxima terça-feira, dia 10. Com uma novidade: carros que oferecem carona solidária vão poder passar pelo local.

LIMITES

▼ Carona

Para ser considerado carona solidária será preciso ter três pessoas no carro, sem limite de idade. O que permite, por exemplo, que sejam os pais e uma criança ou bebê. Pode ainda ser um motorista de aplicativo com dois passageiros. Não será aceito um número de passageiros



VITOR JUBINI - 27/02/2018

Câmera de fiscalização da faixa na Dante Michelini

inferior a três.

FISCALIZAÇÃO

▼ regras

Serão mais três semanas do período de adaptação, que vai ser ampliado,

segundo a Prefeitura de Vitória. Só então começará a fiscalização na Linha Verde, que poderá resultar em multas para quem descumprir a

obrigatoriedade de uso exclusivo para ônibus, vans, táxis e carona solidária.

DE OLHO

▼ Cumprimento

A prefeitura aposta na conscientização e na educação para que as regras sejam respeitadas. Mas assim como o uso do celular ao volante, quem for flagrado na Linha Verde e não tiver dentro dos critérios estabelecidos, será multado. Segundo o secretário, além das câmeras de boa qualidade, os Guardas Municipais também vão fazer a fiscalização do número de

passageiros.

MUDANÇAS

▼ Outras vias

Vão acontecer para melhorar o tráfego na Linha Verde. É o caso, por exemplo, do cruzamento da Rua Odete Braga Furtado com a Avenida Américo Buaid, e que garante acesso à Terceira Ponte. Pelo volume de carros que seguem para Vila Velha, acaba causando congestionamentos na Avenida Américo Buaid e será fechado nos horários de pico, entre 16h30 às 20h.

Outras vias receberão a faixa

de O programa de corredores exclusivos para ônibus, a Linha Verde, será ampliada assim que a cidade estiver adaptada à faixa de Camburi. O primeiro corredor já planejado, segundo Tyago Hoffman, vai do fim de Camburi até o Centro de Vitória, mas ainda não há data prevista para o projeto sair do papel. "O programa vai atingir todos os corredores, mas será feito com tranquilidade, para que a cidade se adapte. Pedimos a paciência e um voto de confiança da população."

PAINEL

Para constar

Quando o STF debateu em plenário o assunto pela última vez, Weber foi contra a antecipação do encarceramento.

Tiroteio

"Ele deveria fazer jejum e oração para que a Lava a Jato não continue a se partidarizar. E para que apresente provas, não só convicção." De Frei Betto, escritor e ex-assessor especial de Lula, sobre o procurador Deltan Dallagnol ter dito que vai jejuar antes do julgamento do petista no STF.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br / claudiohumberto@odfianet.com.br

Pensando bem...

...após substituir a intimação para prestar depoimento por prisão para depor, blindar corrupto condenado, para o STF, seria café pequeno.

Justiça decreta prisão de jovem que matou estudante

A Justiça decretou ontem a prisão do ex-namorado e principal suspeito de ter matado a facadas a estudante Taiene dos Reis Souza, de 20 anos, em Aracruz, Norte do Estado. O suspeito foi identificado pela polícia como o universitário Yuri Henrique de Carvalho Barbosa, 22 anos, que está foragido.

Após ser atacada, na noite de sexta-feira, quando voltava para casa, Taiene chegou a ser levada para o hospital São Camilo, mas não resistiu às três facadas.

Segundo a família da estudante, após o fim do relacionamento com Yuri, Taiene passou a ser perseguida pelo ex-namorado. Por isso, o pai da jovem a acompanhava até o consultório odontológico onde ela trabalhava todos os dias.

Até o fechamento desta edição, o universitário não havia sido preso e também não tinha se apresentado à polícia.

Justiça obriga plano a pagar exame

Família de Emanuela conseguiu na Justiça que plano de saúde pague exame para identificar doença que atinge a menina

Tainá Campos

O sofrimento da família Castelan – que busca descobrir qual é a doença da pequena Emanuela, de 1 ano e 3 meses – pode estar prestes a se encerrar.

Eles conseguiram na Justiça que o plano de saúde da criança, o São Bernardo Saúde, pague, no valor de R\$ 9.500, o exame de sequenciamento do exoma (teste para doenças genéticas causadas por mutações na sequência do DNA).

Após esse procedimento, segundo a designer Fernanda Castelan, 34, mãe da criança, será possível descobrir se Emanuela sofre de alguma doença genética.

“A notícia da liberação do exame veio como um alívio e uma esperança. Além do diagnóstico, ele vai trazer também o prognóstico da doença. Saberemos o que fazer para amenizar as dores da Emanuela e a possibilidade de saber o que ela tem e como tratar, sem dúvida nenhuma, é o que mais esperamos no momento”, disse a mãe aliviada, ao lado do pai Eduardo.

Por medo da demora da Justiça, Fernanda contou que a família chegou a fazer uma campanha nas redes sociais e com amigos. Graças à iniciativa, conseguiu juntar a quantia necessária para o exame.

“Como a decisão foi favorável a Emanuela, vamos guardar o valor que conseguimos arrecadar para custear as despesas com ela após o resultado do exame que sai em 30 dias”, explicou a mãe.

Emanuela nasceu saudável, mas quando estava com três meses, a família percebeu que ela não firmava o pescoço. Eles então começaram a investigar os motivos e, desde então, várias complicações apareceram, como intensas dores e dificuldades para ingerir alimentos e, por conta disso, a criança passou a se alimentar somente com um leite especial, que custa R\$ 210 cada lata.

“Nós conseguimos pegar o leite dela pelo SUS, mas nem sempre tem”, revelou Fernanda.

JUSTIÇA

O advogado da família, Glauco Reis, explicou que o caso da menina Emanuela é um exemplo para que mais pessoas corram atrás dos seus direitos.

“O plano se recusou a atender a solicitação da família e nós conseguimos reverter isso. O importante é que as famílias que estejam passando por uma situação assim saibam que tem como recorrer”, disse o advogado.

Por meio de nota, o plano São Bernardo Saúde informou “que autorizou a realização do procedimento, conforme determinado pela liminar judicial. Destaca, ainda, que o acesso ao Judiciário é um direito de todo cidadão, e que as decisões do Poder Judiciário serão sempre respeitadas pela operadora”.



EMANUELA, de 1 ano e três meses, com os pais Eduardo e Fernanda: o exame da criança vai custar R\$ 9.500

FIQUE POR DENTRO

Menina nasceu sem qualquer complicação

- > A PEQUENA Emanuela Castelan, de um ano e três meses, nasceu com 36 semanas, de parto normal.
- > ATÉ OS três meses, a menina não apresentava qualquer complicação, até que a família percebeu que ela não firmava o pescoço.
- > DESDE ENTÃO, Emanuela passou por diversos exames que ainda não constatarem do que ela sofre.
- > PARA INVESTIGAR uma possível doença genética, ela vai fazer o exame de sequenciamento do exoma, no valor de R\$ 9.500, que foi autorizado pelo plano de saúde da criança, após decisão da Justiça.
- > COM MEDO DO PLANO não autorizar o procedimento, a família da criança iniciou uma campanha nas redes sociais e com amigos para arrecadar o valor. O dinheiro será usado para despesas com a criança.

UNIDADES DE INTERNAÇÃO SUPERLOTADAS

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Há dez meses, o servidor municipal João Henrique dos Santos, de 56 anos, vivencia uma verdadeira saga. Sem medir esforços, recorre a diversas autoridades e órgãos públicos em busca de ajuda para seu filho. Quer evitar que o adolescente morra em uma unidade socioeducativa do Estado.

O filho dele está na pior unidade de internação destinada a menores do Estado: a Uninorte. Localizado em Linhares, o complexo recebe todos os jovens que receberam medidas socioeducativas na Região Norte. Sua capacidade, para os que estão em situação provisória e definitiva, é de 150 vagas. Mas até a última sexta já abrigava 440.

O que o servidor deseja é que o filho seja transferido para uma clínica. Em decorrência do uso precoce de drogas, o rapaz hoje apresenta problemas mentais. "Toma muito remédio controlado, vive dopado", diz.

É na superlotação que reside o temor de João. "Tenho medo que ele morra em um motim. Há pouco mais de uma semana eles atearam fogo nos colchões". A preocupação se fundamenta em mortes já ocorridas nos anos de 2011, 2013, 2014 e 2016. A última delas ocorreu quando uma das unidades, a definitiva, contava com 250 jovens, quando seu limite é de 90. Hoje ela está com 260.

No seu desespero, João é taxativo: "Já avisei a todos, entreguei meu filho vivo para o Estado e gostaria de recebê-lo vivo, e não morto, em um caixão. Me disseram que se algo acontecer, o Estado indeniza. Não quero indenização, porque uma vida não tem preço", desabafa.

LUTA

A luta de João pelo jovem que hoje está com 18 anos é antiga. Ele o conheceu quando tinha dez anos e já fazia uso de drogas. Se encantou com a criança e foi na casa dele que a mãe praticamente o abandonou. "Um dia ela me ligou e falou: 'leva ele para sua casa'. Estava com problemas com o novo marido".

Desde então começou a saga para obter a guarda, mas o máximo que João conseguiu foi uma guarda provisória. "Quando o



Na casa simples, João conta até os minutos para a chegada dos dias em que pode visitar o filho

MARCELO PREST

“Entreguei meu filho vivo para o Estado e gostaria de recebê-lo vivo, e não morto, em um caixão”

JOÃO SANTOS
PAI

grave após a participação em um roubo, onde fez o uso de uma faca. Tinha voltado a fazer uso de drogas. O pai não quer que ele deixe de cumprir a punição, mas que ela aconteça de forma digna. "Vocês acham que vão recuperar alguém naquele lugar, naquelas condições? Não vão", assinala.

Ele relata que o filho está em uma das casas da unidade onde deveriam estar dez adolescentes. "Lá estão 78. Dormem no chão, encolhidos. A maioria não estuda, a comida é ruim e as confusões são frequentes", conta.

Outros pais relatam a mesma situação no grupo de WhatsApp criado por João, a que a reportagem teve acesso. Um deles conta que o filho, ao voltar para casa, só dorme encolhido, pois era assim que dormia na unidade por falta de espaço. A maioria não quer falar sobre o assunto, tem medo de represália contra os filhos. "Eu não tenho medo. Quero Justiça", diz João.

TRAJETÓRIA

Para garanti-la, o pai já recorreu ao Juizado da Cidade, à Defensoria Pública, ao Conselho Tutelar, foi à tribuna livre da Câmara de Linhares, ao Conselho de Direitos Humanos. Já contactou até a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mantém o projeto Cidadania nos Presídios. "Me pediram para encaminhar todos os documentos, é o que estou preparando. Se precisar vou até Brasília para lutar pela vida do meu filho", arremata.

Enquanto a ajuda que espera não chega, João tenta convencer o filho a não desanimar. "Sempre digo a ele: a pena é longa, mas não é perpétua. Não podemos perder a esperança".

A SAGA DE UM PAI

João luta para que filho com problema mental saia de "cárcere" e vá para clínica

prenderam não me deixavam vê-lo. Diziam que eu não era parente". Mas ele conseguiu provar o contrário. É o único que até hoje visita o adolescente. "Vou duas vezes por semana. Não falta um dia, para poder dar força. É o único

amigo que tenho. Há dez meses estou preso, junto com ele", diz, desolado.

Há pouco mais de uma semana ele conseguiu sua primeira vitória. A partir de uma mudança na legislação, conseguiu mudar a certidão do jovem e incluir seu nome

como pai socioafetivo. "Agora posso representá-lo em qualquer canto do Brasil", diz com orgulho, mostrando a nova certidão do filho.

Mas a alegria é substituída pelas lágrimas quando lembra da visita feita ao filho no último domingo.

"Ele pediu: 'Pai, me leva com você'. E eu não posso fazer nada, não tenho como ajudá-lo. Só a Justiça".

A medida socioeducativa aplicada ao filho de João, por decisão judicial, é de seis meses a três anos. Recebeu uma condenação

UNIDADES DE INTERNAÇÃO SUPERLOTADAS

“Risco iminente” de morte para adolescentes, afirma defensor

O número de jovens infratores internados na Uninorte já é de três vezes a sua capacidade

◀ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Com uma superlotação que já chega ao triplo de sua capacidade, o complexo Uninorte – que reúne as unidades de internação de menores em situação provisória e definitiva em Linhares –, é considerado um “barril de pólvora com grande risco à vida dos adolescentes”, como relata o defensor público da cidade, Bruno Nascimento.

Nas 13 unidades que o Estado possui existem 834 vagas, mas nelas estão internados 1.171 menores. São 337 adolescentes acima da capacidade. Cerca de 86% deste excesso está na Uninorte.

Um local, relata o defensor, onde “o risco é iminente”. “Pode explodir a qualquer momento, em decorrência da superlotação, e acarretar a morte de alguns adolescentes”, acrescenta.

DEPÓSITO

O perigo é potencializado porque na unidade estão internados adolescentes considerados de alta periculosidade, com envolvimento em roubo com arma verdadeira, latrocínio, homicídio e tráfico de drogas. Muitos com rixas decorrentes de disputas entre gangues, que se refletem dentro da unidade. “É um ambiente extremamente perigoso”, desabafa Bruno.

Outro ponto considera-



O complexo Uninorte, em Linhares, é considerado um “barril de pólvora” por causa do excesso de adolescentes que há no local

do preocupante, é o fato das medidas socioeducativas não estarem sendo aplicadas como determina a legislação. De acordo com o defensor, no momento a unidade atua como um “depósito de adolescentes”, sem oferecer, por exemplo, escolarização, atendimento à saúde e tratamento psicológico adequado.

Bruno vai ainda mais longe ao avaliar que os adolescentes internados na Uninorte não estão sendo submetidos a nenhuma ação de

recuperação. “Vão cumprir o prazo da medida e voltar para a sociedade do mesmo jeito, ou até pior”, completa.

Por situações como esta, inclusive a denunciada por João Henrique dos Santos, pai de um jovem lá internado, é que a Defensoria Pública pretende mover uma ação, para que o Estado indenize, coletivamente, os pais pelo sofrimento que vivem diariamente diante do temor de que seus filhos morram na unidade. Também se preparam para de-

nunciar os fatos à ONU, Unicef e OEA.

NEGADO

A Promotoria de Linhares também moveu uma ação contra o Estado, pedindo que o número de vagas da unidade fosse triplicado, relata o promotor Fabrício Admiral. “O juiz Carlos Abad concedeu uma decisão determinando a ampliação da unidade, mas que acabou sendo mudada pelo Tribunal de Justiça. Aceitaram o recurso do Es-

tado, dizendo que não cabe ao Judiciário dizer o que o Executivo deve fazer. Ficamos de mãos atadas.”

A superlotação na unidade, acrescenta o promotor, chegou agora a uma “situação insustentável”. “É um fato que se arrasta há cinco anos, mas a estrutura não suporta mais a atual condição”, relata.

Outra ação que também não foi bem sucedida foi um pedido de habeas corpus coletivo proposto pela Defensoria Pública e negado pelo

Supremo Tribunal Federal (STF). O documento denuncia que as condições da Uninorte violam a dignidade da pessoa humana.

A ação pedia que o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado (Iases) fixasse um limite no número de adolescentes que podem cumprir medida na unidade. E, em paralelo, fosse estabelecido um fluxo de ingressos e saídas de adolescentes, além da progressão para semiliberdade e medidas em meio aberto do excedente.

A LOTAÇÃO DAS UNIDADES NO ESTADO

CIASE (VITÓRIA)

▼ Vagas - 28
▼ Lotação - 5

CSE (CARIACICA)

▼ Vagas - 98
▼ Lotação - 97

METROPOLITANA (VILA VELHA)

▼ Vagas - 110
▼ Lotação - 110

SEMILIBERDADE SERRA

▼ Vagas - 16
▼ Lotação - 13

SEMILIBERDADE VILA VELHA

▼ Vagas - 20

▼ Lotação - 20

UFI (CARIACICA - FEMININA)

▼ Vagas - 36
▼ Lotação - 21

UNIP I (CARIACICA)

▼ Vagas - 72
▼ Lotação - 72

UNIP II (CARIACICA)

▼ Vagas - 60
▼ Lotação - 118

UNIS (CARIACICA)

▼ Vagas - 94
▼ Lotação - 90

UNIP CACHOEIRO

▼ Vagas - 60
▼ Lotação - 79

UNIS CACHOEIRO

▼ Vagas - 90
▼ Lotação - 113

COMPLEXO UNINORTE

UNIP LINHARES
▼ Vagas - 60
▼ Lotação - 180

UNIS LINHARES

▼ Vagas - 90
▼ Lotação - 260

Governo admite situação crítica e promete vagas

◀ De acordo com o secretário de Estado de Direitos Humanos, Julio Pompeu, o Estado se prepara para construir duas unidades de internação de menores em regime de semiliberdade, na região Norte do Estado.

A expectativa é de que com as 45 vagas criadas no novo espaço, sejam ampliadas vagas na área provisória da Uninorte.

Ele reconhece que a si-

tuação da unidade é crítica e assinala que o Estado também se preocupa com os riscos causados pela superlotação, incluindo possíveis motivos que resultem em mortes. “Esta é também a nossa preocupação”, diz, acrescentando que o Estado fechou o ano de 2017 sem a ocorrência de mortes no sistema.

Pompeu destaca que o nível de jovens ingressando nas unidades manti-

das pelo Estado tem aumentado muito nos últimos anos. Mesmo assim, tem-se garantido um atendimento preconizado em lei aos menores. É o caso, por exemplo, do atendimento educacional que já está sendo oferecido nas demais unidades capixabas. “Mas ainda temos dificuldades com a Uninorte em decorrência da superlotação”, explica o secretário.

FABRÍCIO MARVILA/ARQUIVO

DESCANSO SUPREMO

Ministros do STF têm 88 folgas ao ano

Número não considera fins de semana; calendário voltou ao debate após caso Lula

BRASÍLIA

▲ O recente adiamento por 13 dias da análise do caso do ex-presidente Lula (PT) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reacendeu o debate sobre a discrepância entre o calendário de trabalho do Judiciário e o da população.

Um conjunto de regras editadas durante e entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e militar (1964-1985) permite aos 11 ministros da Corte 88 dias de descanso ao ano, além dos sábados e domingos, norma que se estende a todos os magistrados. O levantamento foi feito pelo jornal "Folha de S.Paulo" e publicado ontem.

Passava das 19h do último dia 22 quando o STF decidiu que não julgaria naquele dia o habeas corpus preventivo pedido pela defesa de Lula, condenado em 2ª instância na Lava Jato.

A escolha pelo adiamento foi movida, entre outros motivos, pelo apelo do ministro Marco Aurélio, que exibiu passagem aérea de viagem ao Rio, onde participaria de evento da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. A retomada, porém, não ocorreu

SEM TRABALHAR

60 dias

de férias

É o total de dias de descanso a que ministros e juizes do país têm direito a cada ano.

no dia seguinte, uma sexta-feira, porque os ministros não fazem sessões às segundas nem às sextas.

O julgamento também não foi marcado para a semana seguinte. Lei de 1966 estabelece que, diferentemente da maioria da população, cuja garantia de folga se resume à Sexta-Feira da Paixão, a Semana Santa dos juizes engloba a quarta e a quinta.

SESSÕES

Como as sessões plenárias do Supremo ocorrem apenas às quartas e quintas, marcou-se o julgamento do caso Lula para a semana posterior, no dia 4 de abril, a próxima quarta-feira.

Os ministros e demais juizes do país têm direito a 60 dias de férias ao ano. No caso do Supremo, elas acontecem em janeiro e julho. Para cada um desses períodos, os 11 ministros recebem duas vezes o adicional de um terço do salá-

rio (R\$ 11.254, para um salário de R\$ 33.763), totalizando R\$ 22,5 mil ao ano.

Alexandre de Moraes, por exemplo, assumiu a cadeira de ministro do STF em março do ano passado. Pouco mais de três meses depois, chegaram as férias de julho e ele recebeu o adicional de um terço relativo a elas, mais antecipação de metade do décimo-terceiro salário. Total de seu contracheque na ocasião: R\$ 57,7 mil.

Além das férias, há o recesso de fim de ano, de 20 de dezembro a 6 de janeiro, norma prevista na mesma lei 5.010, de 1966, que organiza a Justiça Federal.

DIAS ÚTEIS

Os magistrados contam também com 18 feriados ao ano, seis a mais do que a população em geral – dois a mais na Semana Santa, um feriado forense em agosto, o dia do servidor (28 de outubro, fruto de decreto do Estado Novo), a véspera de Finados e 8 de dezembro, dia consagrado à Justiça.

Excluídas as interseções entre férias, feriados e recesso, chega-se aos 88 dias de descanso, o que resulta em 196 dias úteis ao longo do ano – contra 227 em outras áreas do serviço público e na iniciativa privada.

No caso do STF, um dos ministros fica de plantão nos períodos de férias e recesso.

“Juizes não recebem hora extra”, justifica associação

▲ O argumento usado por integrantes de entidades representativas da magistratura é que a carga de trabalho dos juizes é imensa, normalmente extrapolando para horários fora do expediente e para dias de descanso. Além disso, afirmam, o peso da responsabilidade é superior ao da maioria das outras profissões.

“Os juizes não recebem hora extra por trabalharem além do horário previsto. É do conhecimento de todos que os juizes são obrigados a

despachar processos fora do expediente, inclusive aos sábados e domingos. Nenhum plantão de juiz é remunerado, quando muito conseguem uma compensação sem nenhum acréscimo”, afirmou à “Folha” o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso.

A presidente do STF, Cármen Lúcia, disse que não se manifestará porque pode ter de julgar o tema caso ele chegue ao CNJ, que ela também preside, ou ao próprio STF

33 habeas corpus na fila do STF

▲ Há atualmente, no Supremo Tribunal Federal (STF), 33 habeas corpus aguardando análise do plenário ou de uma das duas turmas e que foram liberados para julgamento antes do pedido da defesa do ex-presidente Lula. Alguns estão prontos para serem apreciados desde 2009 e 2010, mas, até hoje, não foram julgados. São casos de anônimos e famosos, como o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

AO CHEGAREM AO BRASIL

Barroso manda investigados depor à Federal no aeroporto

Sócios do Grupo Libra estão voltando de viagem ao exterior; presos na Operação Skala são soltos

BRASÍLIA

« O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que três investigados na mira da Operação Skala que se encontram no exterior deverão se apresentar à Polícia Federal no momento do desembarque e ser imediatamente levados para a prestação de depoimentos à PF e a representantes do Ministério Público Federal.

A decisão atinge Rodrigo Borges Torrealba, Ana Carolina Borges Torrealba Affonso e Gonçalo Borges Torrealba, membros da família que controla o Grupo Libra e que se encontram no exterior.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já informou que os três sócios estão dispostos a se apresentar à autoridade policial assim



Ex-assessor de Michel Temer, José Yunes deixou a carceragem da PF sorrindo

que retornarem ao Brasil.

Apenas uma integrante da família, Celina Torrealba, foi detida no Brasil no dia da operação.

Procurado pela reportagem, o Grupo Libra reiterou que “já está prestando todos os esclarecimentos à Justiça e que uma de suas acionistas já depôs à Polícia Federal”.

No último sábado, Barroso revogou as prisões temporárias decretadas por ele na Operação Skala, deflagrada na última quinta-feira. O ministro atendeu a pedido da PGR — onde também partiram as solicitações de prisão.

Entre empresários e ex-agentes públicos foram presos o advogado José Yu-

nes, amigo do presidente Michel Temer há mais de 50 anos e ex-assessor dele na Presidência, o coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo João Baptista Lima Filho, também coordenador de campanhas eleitorais de Temer, e o ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi, pai do líder do PMDB na Câmara, de-

Janot: “Voltou a ser assim?”

« No Twitter, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot criticou o pedido de liberdade dos amigos de Michel Temer e empresários. Ele questionou Raquel Dodge, atual chefe da PGR, por ter pedido ao STF a revogação das prisões temporárias: “Não teria sido o caso então de pedir condução coercitiva ao invés de prisão? Voltou a ser assim? E vai continuar sendo assim?”

putado Baleia Rossi (SP).

Ao todo, 10 das 13 prisões temporárias ordenadas por Barroso haviam sido cumpridas.

Ontem, o advogado Jose Luis Oliveira Lima, que defende o empresário José Yunes, disse que seu cliente “está sendo punido por ser amigo do presidente”. (Agência Estado)

“Não trabalhamos com hipótese de terceira denúncia”

« Depois de se reunirem com o presidente Michel Temer ontem no Palácio do Jaburu, líderes da base aliada do governo e o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB-MS), mostraram discurso alinhado sobre a possibilidade de a Procuradoria-Geral da República (PGR) apre-

sentar uma terceira denúncia contra o peemedebista.

Tanto Marun, como o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o vice-líder do governo, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), negaram que isso vá acontecer.

O mais enfático foi Marun. “Não existe terceira



Carlos Marun: defesa do presidente Michel Temer

denúncia. Seguimos governando e não trabalhamos com a hipótese da terceira denúncia”, disse, antes de minimizar a possibilidade da investigação contra Temer contaminar os trabalhos no Congresso.

“Não acredito que o Parlamento volte fervendo em função de prisões para co-

lher depoimentos. A ideia é que nesta semana seja votada a reoneração (da folha salarial) no Congresso”.

Perondi repetiu o discurso e disse que o risco de uma terceira denúncia é “baixo”. Jucá foi o menos enfático, mas disse que Temer está “tranquilo” e não é “presidente pato manco”. (AE)

REFORMA TRABALHISTA

Nova lei faz desaparecer ações por danos morais e insalubridade

Dificuldade de reunir provas e risco de arcar com honorários inibem processos trabalhistas

« Nos três primeiros meses completos de vigência da reforma trabalhista, o número de novas ações abertas na Justiça caiu à metade em relação ao mesmo período de um ano atrás – de 571 mil para 295 mil. Os processos também estão mais enxutos.

Pedidos de indenização por dano moral e adicional de insalubridade e periculosidade praticamente desapareceram das listas de demanda.

A nova lei determina que, se o trabalhador perder a ação, ele terá de arcar com os honorários dos advogados (sucumbências) da empresa processada. Como os pedidos de indenização por dano moral e adi-

cional de insalubridade e periculosidade são difíceis de serem comprovados e têm sido alvos de recusa em ações julgadas com base nas novas regras, os advogados estão orientando os clientes a não incluí-los nas novas ações ou mesmo a retirá-los de processos em andamento.

A reforma acabou com a gratuidade das ações para quem tem salário mensal acima de R\$ 2,2 mil.

Tradicionalmente, os processos incluíam uma lista de pedidos que iam do pagamento de horas extras e verbas rescisórias até danos morais.

“Como o risco era zero, pois não era co-

brado nada, havia muitos pedidos nos processos e alguns não faziam sentido. Agora acabaram as ações aventureiras”, diz Fabio Chong de Lima, sócio do L.O. Baptista Advogados.

Dano moral, por exemplo, é difícil de se comprovar porque depende principalmente de testemunhas. Já o adicional de insalubridade e periculosidade requer perícia técnica indicada pelo juiz e, se o trabalhador perder a ação, tem de bancar

esse custo também, nesse caso para a Justiça.

“Havia irresponsabilidade, um certo exagero de pedidos. Agora, as demandas focam em itens que o demandante pode provar”, diz Luiz Fernando Quevedo, sócio do Giamundo Neto Advogados.

“Com isso, os pedidos de danos morais, que antes eram banalizados, praticamente desapareceram”, diz o advogado João Acácio Muniz Jr.

Trabalhadores que tinham ações em andamento começaram a pedir a retirada desses itens do processo. “A decisão é manter apenas o que o trabalhador real-

mente acredita ter direito e tem provas”, diz a sócia do CSMV Advogados, Thereza Cristina Carneiro.

Muitos escritórios estão represando processos à espera de posicionamentos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre pontos considerados inconstitucionais.

O Agamenon Martins Sociedade de Advogados tem 200 processos represados. Com sede em São Bernardo do Campo, é um dos maiores a atuar apenas na área trabalhista.

Nos últimos anos, chegou a protocolar 2 mil processos por mês. “Decidimos assumir os riscos que porventura recaiam sobre o cliente, seja no que tange à custas de honorários de sucumbências ou de perícias”, diz Agamenon Martins. (Agência Estado)

Advogados procuram outras áreas

« Escritórios de advocacia que atendem ações trabalhistas buscam alternativas para evitar que a queda no número de processos tenha impacto em seus negócios.

Diversificar as áreas de atendimento e focar em consultoria são algumas delas. Entre dezembro de 2017 a fevereiro deste ano, o número de novas ações caiu 48,3% em relação ao mesmo período anterior.

Logo após a aprovação da lei da terceirização, há um ano, e à espera da reforma trabalhista, o escritório Crivelli Advogados Associados, que atendia apenas demandas de trabalhadores e sindicatos, especialmente na área bancária, decidiu diversificar a atuação e entrou também nas áreas de previdência e saúde. “Nos antecipamos”, diz o sócio-fundador Ericson Crivelli.

O Peixoto & Cury Advogados, com escritórios em São Paulo, Campinas, Rio e Nova York, também está reforçando a área de consultoria e contratou mais especialistas.



ARQUIVO

MUDANÇA NO TRÂNSITO

Faixa só para ônibus volta esta semana em Camburi

Projeto havia sido suspenso no dia 22 de março, após moradora de Jardim Camburi entrar na Justiça questionando iniciativa

Tainá Campos

A faixa exclusiva para ônibus, conhecida como "Linha Verde", vai voltar a funcionar esta semana na avenida Dante Michelini, em Camburi, Vitória.

O sistema havia sido suspenso no dia 22 de março, dez dias depois de sua implementação, após moradora de Jardim Camburi entrar na Justiça contra a Linha Verde, alegando que a Prefeitura de Vitória não ouviu a população a respeito da implementação da faixa no município.

Na última quinta-feira, a prefeitura conseguiu derrubar a liminar na Justiça, mas não informou em qual dia desta semana o sistema voltará a funcionar.

Questionada em relação ao dia, a prefeitura se manifestou por meio de nota, na qual disse que "a Procuradoria Geral do município informa que, assim que analisar o teor da decisão do desembargador, irá orientar o Poder Executivo como proceder".

Quem demonstra preocupação com o retorno do corredor exclusivo são os moradores dos bairros Jardim Camburi, República e Mata da Praia. Eles alegam que a faixa não contribuiu efetivamente para a diminuição do tempo no trânsito, nem para quem anda de carro, nem para quem vai de ônibus.

Presidente da Associação de Moradores de Jardim Camburi, Enock Sampaio diz que, com a paralisação dos últimos dias, ficou comprovado que a faixa não tem funcionalidade.

"O ideal é que ela reduzisse o tempo de quem anda de ônibus e de quem anda de carro, mas não foi isso o que aconteceu. A prefeitura alega a redução como motivo para que ela exista, mas não foi nos mostrado nenhum estudo técnico comprovando isso", explicou.

Enock acrescentou que a associação não é contra a Linha Verde, mas quer que a prefeitura mostre de forma efetiva os benefícios dela para a população. Diz também que vai esperar o retorno da faixa para decidir quais providências serão adotadas.

"A preocupação da comunidade é que o prefeito falou que iria nos apresentar informações que comprovam a eficácia do projeto e até agora isso não aconteceu. Inclusive, chegamos a protocolar um ofício no último dia 19 pedindo uma reunião, mas ainda não fomos atendidos", acrescentou.



Linha Verde em Jardim Camburi: prefeitura não informou em qual dia desta semana sistema voltará a funcionar

SAIBA MAIS

Meta é reduzir tempo de viagem dos ônibus

Linha Verde

- > A FAIXA EXCLUSIVA para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, foi inaugurada no dia 12 deste mês.
- > ELA FUNCIONA entre o pier de lemanjá e o cruzamento da Dante Michelini com a av. Norte-Sul (sentido Jardim Camburi), numa extensão de 3,8 quilômetros, e está destinada exclusivamente a ônibus, táxis e vans, de segunda a sexta-feira, das 6 às 20 horas, e aos sábados, das 6 às 14 horas.
- > A PROPOSTA da Prefeitura de Vitória é priorizar o transporte coletivo para reduzir o tempo de viagem dos ônibus.
- > O SISTEMA funcionou por nove dias, mas dividiu a opinião de moradores. Enquanto muitos passageiros de ônibus elogiaram o sistema, moto-



A FAIXA EXCLUSIVA PARA ÔNIBUS tem 3,8 quilômetros, entre o pier de lemanjá e o cruzamento da Dante Michelini com a av. Norte-Sul

ristas criticaram o aumento do congestionamento em outras vias da cidade.

Caso na Justiça

- > A LINHA VERDE foi parar na Justiça quando a moradora de Jardim Camburi Licia Rezende entrou com um processo na Justiça pedindo a suspensão do sistema.
- > A ALEGAÇÃO é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto com os moradores antes da sua execução.

Suspensão

- > A JUSTIÇA acatou o pedido da moradora e suspendeu a Linha Verde no último dia 21.
- > NA DECISÃO, o juiz Mário da Silva

Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a prefeitura violou regras previstas na legislação federal, já que a população não teria sido consultada sobre a implantação do sistema.

Linha Verde: o retorno

- > A PREFEITURA de Vitória recorreu da decisão e conseguiu derrubar a liminar que suspendia a Linha Verde. Com isso, o sistema deve voltar a funcionar nesta semana.
- > EM SUA DECISÃO, o juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), confirmou que a Prefeitura de Vitória realizou consultas públicas em 2006, 2007 e no ano passado.
- > A MORADORA que entrou com a ação disse que vai recorrer para derrubar a liberação da via.

Fonte: Pesquisa AT.



MUDANÇA: engarrafamento

Trânsito vai mudar hoje na Adalberto Simão Nader

A alteração no tráfego da avenida Adalberto Simão Nader, em Vitória, começa a valer a partir de hoje. Sem informar qual o horário da mudança para sentido único, a Prefeitura de Vitória disse, por meio de nota, que a rotatória da avenida já está funcionando para retornos e acesso aos bairros e que a obra de sinalização da pista está sendo finalizada.

Com as alterações, as três faixas que faziam o sentido Praia de Camburi-Goiabeiras passarão a ter sentido único, de Goiabeiras a Dante Michelini.

Desde a última quarta-feira, funcionários fazem modificações para a liberação da via, com troca de placas, instalação de semáforos e criação de faixas de pedestre.

Agora, quem segue da Praia de Camburi com destino ao aeroporto ou para Goiabeiras precisa ir pela via construída próximo ao aeroporto, que já está liberada.

No local, uma rotatória foi construída para retornar à praia ou acessar Mata da Praia e Bairro República.

Já a pista que tinha o sentido Goiabeiras-Praia de Camburi vai se tornar uma via local para os bairros, tendo velocidade máxima diminuída para 30 km/h.

Por lá, no entanto, as intervenções só terminam em outubro. A licitação para obras já está aberta.

VIA LOCAL

Com a sinalização da Adalberto Simão Nader invertida a partir de hoje, já será possível providenciar a via local na avenida.

Em entrevista ao jornal A Tribuna, na última sexta-feira, a secretária de Desenvolvimento da Cidade, Lenise Loureiro, informou que a licitação já foi publicada pela Prefeitura de Vitória e uma empresa será contratada para realizar as obras da via, que dará acesso aos bairros Mata da Praia e Bairro República, com prazo para ficar pronta em outubro.

Para o próximo mês está prevista a assinatura do contrato e o começo das obras na nova via, que vai ter vagas para estacionamento de 300 veículos, com velocidade de entrada nos bairros de até 30 km/h.



SIMÃO NADER será mão única

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

TSE libera arrecadação antes de candidatura

As novas regras eleitorais vão permitir, pela primeira vez, que futuros candidatos comecem a arrecadar recursos para a campanha mesmo antes do prazo de registro de candidatura. Se em agosto o postulante for impedido de disputar, terá de devolver todo o valor para seus doadores. As vaquinhas virtuais (crowdfunding) e jantares de arrecadação estão liberados a partir de 15 de maio, mas esses valores só poderão ser usados na época da campanha. Outra novidade é que os partidos devem receber o fundo eleitoral também antes da campanha.

INDECISO. Apesar de a negociação ter avançado, o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa deve esperar até o último momento para se filiar ao PSB. A expectativa é que isso ocorra na sexta ou até mesmo no sábado, prazo final para a filiação.

Sócios na mira de Barroso

Em despacho ontem, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os três sócios do Grupo Libra que estão no exterior se apresentem às autoridades policiais assim que desembarcarem no Brasil para prestarem depoimento.

Os três sócios - Rodrigo Borges Torrealba, Ana Carolina Borges Torrealba Affonso e Gonçalo Borges Torrealba - tiveram a prisão decretada na última quinta-feira pelo ministro, mas estavam no exterior. Por isso, não chegaram a ser presos e ainda não foram ouvidos.

O ministro também afirmou no documento que, após os depoimentos dos três, ele ouvirá a Procuradoria Geral da República sobre a necessidade ou não da decre-



BARROSO mandou prender e soltar

tação de prisão temporária.

No sábado, Raquel Dodge pediu a revogação das 13 prisões da Operação Skala, incluindo a dos três sócios da Libra. Horas depois, Barroso acatou o pedido e determinou a soltura de todos os alvos.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Bancada dividida sobre o julgamento

Quatro parlamentares querem que o STF mantenha a prisão de Lula, 2 preferem aguardar o fim da ação e 3 não cravam opinião

Brunella França
Tiago Alencar

O julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula tem dividido a bancada capixaba federal. O Supremo Tribunal Federal julga o pedido de liberdade na próxima quarta-feira.

O deputado federal Givaldo Vieira (PCdoB) entende que o pedido deve ser concedido a Lula, pois, segundo ele, o STF cumpriria seu papel de guardião da Constituição. Já Helder Salomão (PT) afirmou esperar que seja uma decisão com parâmetros constitucionais.

“Há um processo em curso, que não transitou em julgado, e o artigo 5º da Constituição deixa bastante claro como a Justiça deve agir num caso como esse”.

Pelo lado dos que pedem que o STF mantenha a decisão de prisão após condenação em 2ª instância, sem que o processo tenha transitado em julgado, estão os deputados Lelo Coimbra (MDB), Marcus Vicente (PP), Carlos Mannato (PSL) e o senador Magno Malta (PR).

Questionado, Lelo disse apenas que era “imponderável” uma decisão diferente da prisão. O mesmo pensamento tem Marcus Vicente,



PLENÁRIO DA CÂMARA: decisão sobre ex-presidente é considerada difícil

que afirma que “o STF precisa fazer cumprir a decisão anterior”.

Já Malta diz esperar que a Corte negue o pedido de Lula. “Eu espero que o Supremo não cuspa na cara do Brasil e o habeas corpus seja negado”, afirmou. Mannato entende que qualquer decisão diferente da prisão mostrará que existe alguma coisa errada no STF.

Paulo Foletto (PSB), Sérgio Vidigal (PDT) e Norma Ayub (DEM), preferiram não cravar um posicionamento a respeito do caso.

Os parlamentares fizeram uma análise mais fria dos possíveis resultados. Eles avaliam que é uma decisão difícil a ser tomada. Os demais parlamentares não retornaram o contato da reportagem.

O QUE DIZEM OS DEPUTADOS



CARLOS MANNATO (PSL)

“O julgamento tem de ir pela Justiça. E eles mesmos já determinaram a prisão após condenação em 2ª instância”



EVAIR DE MELO (PV)

“A França prende seu ex-presidente, o Peru prende, e aqui para prender esse sujeito ficamos nessa novela mexicana”



PAULO FOLETTO (PSB)

“Na minha opinião, é um Supremo vulnerável e político e acho que isso vai refletir com relação ao processo”



GIVALDO VIEIRA (PCDOB)

“Seria uma contradição do Supremo, uma decisão distinta da concessão do pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula”



HELDER SALOMÃO (PT)

“Uma operação Lava a Jato seletiva para punir alguns, condenar alguns e fazer vistas grossas para outros”



NORMA AYUB (DEM)

“Toda sociedade está atenta e saberá avaliar se o Poder Judiciário estará promovendo justiça igual para todos”



MAGNO MALTA (PR)

“Lula cometeu crime, Lula não é inimputável e ele precisa pagar. Eu não quero perder a esperança com o Brasil, apesar de tudo”



MARCUS VICENTE (PP)

“Mudar agora, seria a abertura de um precedente perigoso, para a segurança das instituições, do pleno Estado de Direito”



SÉRGIO VIDIGAL (PDT)

“Hoje, nós vivenciamos uma insegurança jurídica muito grande e de interpretações muito diferentes, e isso pode abrir uma brecha”

Bumerangue

Integrantes do governo também viram na operação Skala uma tentativa de demonstração de força de Barroso. O ministro assinou os mandados no mesmo dia em que a Segunda Turma tomou uma série de decisões polêmicas, como a concessão de prisão domiciliar para Jorge Picciani (MDB-RJ).



Nós contra eles

Associações de advogados e defensores públicos dizem ter reunido três mil assinaturas, inclusive de magistrados, para nota pública contra a prisão em segunda instância. Do outro lado, procuradores e juízes contabilizam mais de quatro mil apoios à antecipação do encarceramento.

PAINEL

Que tiro foi esse?

A soltura dos presos da operação Skala dois dias após a ação da PF fez com que ala do Planalto avaliasse a ofensiva como um efeito colateral do fogo cruzado no STF entre os ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. O último proibiu conduções coercitivas em dezembro. O primeiro, então, autorizou medida mais gravosa, o encarceramento, para a tomada de depoimentos. Embora a saída dos aliados tenha trazido alívio ao Presidente, ele está ciente de que o cerco continua.

* * *

ABEL Chaves Júnior, advogado especialista em Direito de Empresas e Direito Público, desembarca em Vitória para um ciclo de palestras gratuito sobre a responsabilidade do profissional da administração, na próxima quinta-feira, no auditório do CRA-ES.

* * *